

A repressão imposta pelo governo imperial aos revolucionários de Pernambuco marcou a consolidação da aristocracia rural no comando da política brasileira.

A década de 1850 foi o auge da política do Império a serviço da elite, mantendo as classes populares à margem e consolidando um modelo econômico escravocrata e agroexportador cafeeiro.



organizando a história

A respeito da Revolução Praieira, ocorrida em 1848 em Pernambuco, analise as afirmativas e marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- (V) Teve como uma de suas causas o abandono que sofreu o Nordeste após a cana-de-açúcar deixar de ser o principal produto da economia brasileira.
- (F) Apesar da permanência do trabalho escravo em Recife, havia igualdade de condições materiais e de trabalho entre os habitantes urbanos.
- (F) O *Manifesto ao mundo* pregava a igualdade social e clamava pela abolição do trabalho escravo.
- (V) O principal veículo de propaganda do Partido Liberal na província era o jornal *Diário Novo*.
- (F) A Revolução Praieira pode ser apontada como um movimento regional causado por políticas federais.



Economia

4 Aprofundamento de conteúdo para o professor.

A emancipação política do Brasil em 1822 não garantiu ao país avanços ou mudanças na economia. Durante o século XIX, ainda predominavam as mesmas características econômicas – agrícola, latifundiária, exportadora e baseada na mão de obra escrava.

A partir de 1840, o café passou a ser a grande riqueza de exportação. Com os ganhos obtidos e com os ecos de mudanças que ocorriam no mundo, o mercado interno brasileiro, apesar da manutenção do trabalho escravo, sofreu uma expansão em virtude da chegada das famílias imigrantes.

É importante lembrar que a escravidão foi um grande empecilho para o desenvolvimento do comércio interno, pois os trabalhadores escravizados não tinham condições de consumir as mercadorias produzidas e comercializadas internamente.

As lavouras de café foram expandidas pelo Vale do Rio Paraíba e pelo Oeste Paulista. A terra de cor avermelhada propiciou o desenvolvimento das fazendas e os portos do Rio de Janeiro e Santos escoavam a produção.

O café, originário da Etiópia, foi levado para a Península Ibérica pelos árabes. Durante o século XVIII, os franceses trouxeram as primeiras mudas para a América (Guiana Francesa). Em 1727, Francisco de Mello Palheta trouxe mudas para o Brasil. Elas foram plantadas em Belém. No final do século XVIII, o café passou a ser plantado no Rio de Janeiro e, durante o Período Joanino, início do século XIX, se expandiu pela Província do Rio de Janeiro, atingindo Angra dos Reis e Mangaratiba.



Observe, abaixo, como estavam divididas as lavouras de café no interior de São Paulo.

As primeiras fazendas de café foram estabelecidas no **Vale do Paraíba** (Vassouras, Valença e Barra Mansa) e apresentavam tecnologia bastante primitiva, que causava o esgotamento do solo em pouco tempo. A mão de obra escrava era utilizada em larga escala.

No interior da fazenda, eram elaborados, de forma artesanal, os instrumentos necessários à produção: rodos para a secagem do café no terreiro, sacaria, ferramentas, entre outros objetos.



ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004. p. 144.

O transporte do café até o porto do Rio de Janeiro era realizado por tropas de mulas e não havia separação entre os produtores e os exportadores. Geralmente, o fazendeiro de café tinha um depósito próximo ao porto onde armazenava, comercializava e organizava a exportação do produto. A inexistência de um setor mais desenvolvido impedia uma exportação mais lucrativa.

A produção de café no Rio de Janeiro teve seu apogeu por volta de 1850 e iniciou seu declínio a partir de 1870. Os grandes fazendeiros eram também os membros integrantes da Corte, ministros e pessoas ligadas às decisões políticas. O fato de os fazendeiros da Corte necessitarem de mão de obra contribuiu para que a escravidão se estendesse até 1888 no Brasil.

Para o estabelecimento das fazendas de café, foi necessário desmatar parte da Mata Atlântica. Na obra de Rugendas, é possível observar, ao fundo, o morro do Pão de Açúcar.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Colheita de Café na Tijuca*. 1835. 1 litografia. color. 35,5 cm x 51,3 cm. Coleção particular.



As fazendas do **Oeste Paulista** (Bragança, Itu, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e Bananal) se desenvolveram um pouco mais tarde e usufruíram das experiências dos fazendeiros do Vale do Paraíba.

As técnicas mais apuradas e a mão de obra imigrante garantiram maiores lucros aos cafeicultores. Nessas fazendas, os pés de café ficavam bem próximos uns dos outros, o que permitia plantar mais em menor espaço, acarretando maiores safras.

As famílias estrangeiras que vieram trabalhar nessas plantações também contribuíram com seu conhecimento de técnicas mais modernas. Uma delas foi o plantio de roças de subsistência, que entremeavam as carreiras de pés de café. Tal prática fornecia alimentos para os moradores da fazenda, além de, muitas vezes, gerar excedente para a venda no mercado interno.

©Arquivo Público do Estado de São Paulo



Os fazendeiros paulistas promoveram alianças e sociedades comerciais com exportadores que, conhecendo melhor a dinâmica dos mercados externos, garantiam maior lucro na venda das safras.

As ferrovias foram estabelecidas na região para levar o produto até o porto de Santos. Isso gerou mais eficiência e agilidade no transporte de café e de passageiros, contribuindo para o desenvolvimento do interior paulista.

Interior de uma casa de máquinas em uma fazenda de café do Oeste Paulista

ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 163.

Surto de industrialização

Ainda que as características da economia brasileira durante a maior parte do século XIX tenha sido agrícola, monocultora e voltada para a exportação, durante o Segundo Reinado, o Brasil viveu um período de desenvolvimento da indústria. Esse desenvolvimento foi denominado de surto em razão de sua curta fase.

Um dos responsáveis por esse processo foi Irineu Evangelista de Sousa. De origem humilde, Irineu recebeu o título de barão e, depois, visconde de Mauá por sua contribuição à industrialização do país. Ele se associou aos banqueiros mais prósperos da Inglaterra, os Rothschild, e desenvolveu inúmeros projetos, como a criação do Banco Mauá e Companhia, que contava com filiais na Argentina, no Uruguai, na Inglaterra e na França.

As iniciativas empresariais de Visconde de Mauá na economia brasileira foram decisivas para lançar a semente da modernização no Brasil Império. A expansão da rede ferroviária, do transporte marítimo e da iluminação a gás, por exemplo, deve-se muito ao seu espírito empreendedor. Até então, o Brasil estava ligado economicamente à Inglaterra pelos tratados

de comércio firmados em 1810 e ratificados em 1826. Por esses acordos, os produtos ingleses pagavam tarifas alfandegárias baixíssimas. Tal fato significava um grande entrave ao nascimento de uma indústria nacional que pudesse competir em preço e qualidade com as mercadorias provenientes da indústria inglesa.

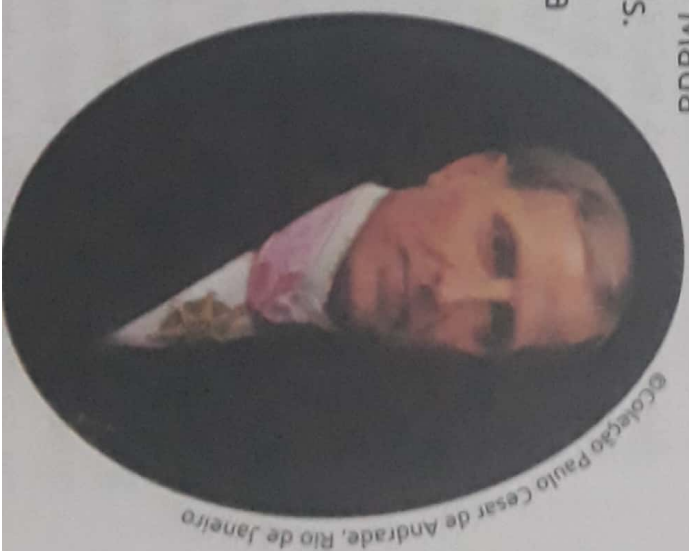
Somente a partir da metade do século XIX, lenta e gradativamente, a situação começou a se modificar. Em 1844, o Brasil determinou a chamada tarifa Alves Branco, a qual elevava de 30% a 60% as taxas cobradas pela entrada de produtos importados no país. A intenção do então Ministro da Fazenda, Alves Branco, era encarecer o produto estrangeiro, diminuir o déficit do Estado e proteger o capital nacional, canalizando-o para investimentos na produção industrial. Foi exatamente nesse contexto que Visconde de Mauá passou a investir e acreditar no processo de industrialização do país.

Contudo, a falta de apoio e de interesse do próprio Estado, a posição de Mauá contra a Guerra do Paraguai e a força do imperialismo inglês no Brasil, somadas a uma série de investimentos arriscados, causaram a derrocada dos negócios. As empresas de Mauá sofreram fortes crises financeiras e acabaram falindo em 1875.

VIENOT, Édouard. *Visconde de Mauá*. 1872.

1 óleo sobre tela, color., 76 cm x 53 cm.

Coleção Paulo César de Andrade, Rio de Janeiro.



Coleção Paulo César de Andrade, Rio de Janeiro

Cultura e sociedade

Durante o Segundo Reinado, as transformações políticas e econômicas começaram a gerar mudanças sociais, como o aumento do processo da urbanização e a progressiva substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre imigrante.

A Inglaterra, que havia promovido a Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII, desejava ampliar seu mercado consumidor. Para isso, em 1845, estabeleceu a Bill Aberdeen, lei que proibia o tráfico negreiro.

A lei britânica teve impacto na economia do Brasil, pois diversos navios brasileiros foram apreendidos, e os escravizados, libertados. As próprias autoridades brasileiras reiteraram a lei inglesa criando a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibia a entrada de novos escravizados no país. O fato gerou mudanças na dinâmica populacional, aumentando o chamado tráfico interno ou interprovincial. Esse movimento consistia no deslocamento de escravizados das áreas com menor movimentação econômica no período, sobretudo Norte e Nordeste, para as regiões em que a economia estava aquecida, como o Sudeste.

A tendência, então, era que o número de escravizados diminuísse com o passar do tempo, pois a taxa de natalidade e a expectativa de vida entre eles eram muito baixas. Tal situação foi um dos motivos que levou as autoridades brasileiras a incentivar a vinda de imigrantes para o país, principalmente para o trabalho na lavoura. É importante salientar que o outro motivo foi o lucro, pois os proprietários de escravizados não desejavam mais investir capital na compra de mão de obra quando poderiam contratar trabalhadores livres.

As primeiras famílias imigrantes vieram de países como Alemanha, Suíça, Bélgica, Japão e Portugal, além de regiões do que atualmente denominamos Oriente Médio.



© Acevo Iconographia

A maioria se dirigia para as fazendas de café do Oeste Paulista, estabelecendo um contrato de parceria, no qual o fazendeiro interessado na utilização de mão de obra imigrante pagava as despesas da viagem e a instalação da família no Brasil, que englobava a compra de itens domésticos essenciais, ferramentas para o trabalho e alimentos.

Uma vez instalada na fazenda, a família recebia determinado número de pés de café, pelos quais se tornava responsável. O lucro resultante da produção era utilizado para pagar as despesas adquiridas pela família com o fazendeiro. Quando a dívida estivesse paga, a família imigrante ficava com o lucro das próximas colheitas.

Família de imigrantes japoneses no início do século XX

Após o fracasso dos contratos de parceria, o governo resolveu intervir no processo migratório, tomando para si a responsabilidade de promover a propaganda do Brasil no exterior, de forma a atrair novos trabalhadores. Passou também a subsidiar os custos com a vinda dos imigrantes, pagando as despesas de viagem e garantindo um salário mensal às famílias.

Na Região Sul, o Estado, em parceria com alguns empresários, chegou a subsidiar a doação de terras para a instalação dos imigrantes, buscando, assim, incentivar a formação de pequenas propriedades agrícolas nas quais deveria ser realizada uma agricultura de subsistência, voltada para o abastecimento interno. Iniciou-se, então, uma grande vinda migratória para o país, formada principalmente por alemães e italianos.

Italianos recém-chegados à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, cerca de 1900

©Acervo Iconographia

Lei de Terras

Com a chegada dos imigrantes e com o aumento da população urbana, os integrantes da elite, especialmente da agrária, passaram a temer uma invasão ou a perda de suas propriedades.

Esse temor levou diversos integrantes do governo e também proprietários de terras a pressionar o Imperador pela elaboração de uma lei que garantisse a posse das terras a seus donos e impedisse o acesso de outros grupos para a compra ou a ocupação de propriedades.

Dessa reivindicação das elites resultou a promulgação da **Lei de Terras** em 1850. Ela determinava que a propriedade de terras no país somente seria reconhecida por meio da posse de um documento assinado por um juiz, comprovando sua obtenção pela compra.

Aos imigrantes, ficava vetada a possibilidade de comprar terras em seus três primeiros anos de permanência no país. A essa lei seguiu-se a criação de uma série de documentos falsos, emitidos por juizes corruptos aos seus pares da elite brasileira, garantindo a esse grupo a posse de terras e evitando que pessoas mais pobres pudessem ter acesso a elas.

Assim, a concentração das terras produtivas nas mãos de grandes latifundiários, que havia sido confirmada pela Constituição de 1824, foi reforçada pela Lei de Terras.

Cotidiano nos centros urbanos

Durante o Segundo Reinado, a década de 1850 ficou conhecida como um período de estabilidade financeira e de calma. A estabilidade financeira foi conquistada com o desenvolvimento da economia cafeeira e com o surto de industrialização. A calma adveio da trégua dada pelas revoltas internas que acompanharam a vida do Brasil emancipado desde 1822.

O estabelecimento da Lei de Terras e a chegada de imigrantes deram suporte à estabilidade econômica e foram fatores importantes para as mudanças sociais que estavam em curso e se consolidaram a partir de 1850.

Os integrantes da elite passaram a seguir a moda europeia, os centros urbanos foram modernizados, novos projetos arquitetônicos em espaços públicos foram realizados.

No Rio de Janeiro, eram perceptíveis as mudanças trazidas pelo fim do tráfico negreiro e pelo incremento do processo de urbanização.

O modelo para a implantação de uma nova urbanização era a cidade de Paris. Entretanto, no Rio de Janeiro, a reforma da cidade precisou incluir, além dos bairros elegantes, aqueles onde habitavam os trabalhadores pobres, escravizados e livres.

Em algumas áreas do Rio de Janeiro, foram construídos casarões que lembravam palácios, ruas com calçadas e jardins públicos. Também foram feitas melhorias, como calçamento, arborização, iluminação a gás, bondes e mobiliário de rua (bancos, postes de iluminação, etc.). Algumas ruas, como a do Ouvidor, se especializaram no comércio de artigos sofisticados. Modistas, floristas, joalheiros e charuteiros abriram estabelecimentos aos moldes franceses e ingleses.

As mudanças na organização das cidades foram acompanhadas pela modificação nos hábitos de parte da população. O encontro para o chá durante a tarde, os jantares de negócios e os bailes passaram a animar os restaurantes mesmo em dias de semana. Esses locais, além de servirem para convívio social, eram pontos de encontro para discussões políticas e literárias.



GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos. *Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris, 2004, p. 27.

Representação do agitado centro do Rio de Janeiro no cruzamento da Avenida 7 de Setembro com a antiga Avenida Central

Em oposição à elite, que ia ao teatro e passeava pela Rua do Ouvidor ou pelos jardins públicos, havia uma imensidão de escravizados que ficaram à margem de todos os benefícios trazidos pela estabilidade econômica e pela urbanização.

Em 1849, o Rio de Janeiro tinha cerca de 110 mil escravizados em uma população total de 266 mil habitantes. Observando os números, é possível perceber que quase metade da população ficou de fora do chamado "progresso". Nas demais cidades brasileiras, a realidade não era muito diferente.

A população pobre ficou de fora do projeto urbanizador. Muitos foram expulsos dos bairros onde viviam para dar lugar aos novos planos arquitetônicos da cidade.

Foi durante esse período que, na literatura, se destacaram, entre outros escritores, Gonçalves Dias e José de Alencar. Sobre a produção literária do período, leia o trecho a seguir.

[...] Por essa época, havia no Brasil muito pouca especialização da atividade intelectual. Um indivíduo podia, ao mesmo tempo, ser magistrado, jornalista, romancista, poeta, historiador, arqueólogo, naturalista, transitando, assim, em diversas áreas do conhecimento.

Para compreendermos as consequências dessa situação, é necessário sublinhar que, nas primeiras décadas do século XIX, observamos no Brasil o florescimento do romantismo. Em linhas gerais, os românticos caracterizavam-se pelo ecletismo filosófico, propondo criar um meio-termo entre ciência e religião; estranha combinação que, pelo menos entre alguns autores da época, desdobrava-se em uma aproximação da ciência com a literatura e a poesia. O romantismo também fazia oposição à ideia de que as sociedades tinham a mesma origem, evoluindo da mesma maneira, ou ainda que a história humana fosse guiada por algum objetivo, como aquele relativo à busca do progresso ou da liberdade.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2016. p. 176.



o que já conquistei

5 Gabarito.

- 1** O Segundo Reinado foi um período marcado por contradições, principalmente quando analisamos o contexto internacional da época. Explique essa afirmação considerando aspectos como a economia, a política e a sociedade.
- 2** Sobre as eleições que ocorreram em 1840, analise as afirmativas a seguir.
 - I. Foi convocada pelo Imperador para a escolha dos integrantes da Câmara dos Deputados.